

***Impactos da emigração portuguesa para o Brasil
no norte de Portugal - finais do século XIX e inícios do XX***

*Fernanda Paula Sousa Maia
Isilda Braga da Costa Monteiro
CEPESE (Porto, PT)*

Resumo: Dos cerca de um milhão e trezentos mil portugueses que emigraram, no período que decorreu entre meados do século XIX e o início da I Guerra Mundial, cerca de 90% escolheu o Brasil como país de destino. No entanto, sabe-se hoje, que destes que cruzaram o mar, em média entre 30 a 50% acabaram por regressar a Portugal. Este artigo pretende destacar o papel que estes emigrantes de retorno (os “brasileiros”) tiveram na sociedade portuguesa, analisando alguns dos setores que eles souberam mobilizar e desenvolver, evidenciando a sua importância na dinamização de um pequeno país europeu, entre finais do século XIX e a primeira metade do XX.

PALAVRAS-CHAVE: Emigração - “Brasileiros” – Empreendedorismo.

Abstract: Of the approximately one million and three hundred thousand Portuguese who emigrated from the mid-nineteenth century and the beginning of World War I, about 90% chose Brazil as the country of destination. However, it is known that these who crossed the sea on average between 30-50 % eventually return to Portugal. This article aims to highlight the role that these returning emigrants (“Brazilian”) had in Portuguese society, analyzing some of the sectors they knew mobilize and develop, highlighting its importance in fostering a small European country, between the late nineteenth century and the first half of the twentieth.

KEYWORDS: Emigration - "Brazilian" - Entrepreneurship .

Introdução

Estima-se hoje que apenas no período que decorreu entre meados do século XIX e o início da I Guerra Mundial, cerca de um milhão e trezentos mil portugueses tenha emigrado para o continente americano, quase exclusivamente com destino ao território brasileiro.¹ Esse fenômeno, cada vez mais, tem sido estudado dos dois lados do Atlântico. Eulália Lahmeyer Lobo assina um dos estudos mais paradigmáticos sobre essa questão que, apesar de publicado em 1994,² continua a ser uma referência incontornável na investigação desta problemática, a par da obra

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –
Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S. Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

de Jorge Alves que, desde o início da década de 1990, vem publicando trabalhos fundamentais, não apenas para o tema da emigração para o Brasil, mas, sobretudo, na análise do fenómeno do retorno.³

A saída de emigrantes portugueses para o Brasil, embora deva ser inserida num ciclo de migração de massas que afetou toda a Europa, não deixou de assumir em Portugal uma expressão significativa, especialmente se a considerarmos em relação aos valores globais da população do país nesta época – cerca de 5 milhões de habitantes em finais do século XIX.⁴

O Brasil foi, neste contexto, o destino preferencial da emigração portuguesa, prolongando uma corrente com fortes raízes, especialmente na região Norte de Portugal que, desde pelo menos o século XVII, viu muita da sua população cruzar o Atlântico. Após a independência do Brasil, assumindo agora a dimensão de uma efetiva emigração, as saídas para este território registaram volumes quantitativos cada vez mais expressivos, ajudando a engrossar as estatísticas oficiais do Estado português e tornando-se um dos fatores responsáveis e determinantes para o debate que a partir de então suscitou. Na verdade, a emigração portuguesa para o Brasil foi vista na época, especialmente pelo Estado e pelas elites culturais portuguesas, como um fenómeno isolado, expressão sintomática de uma vivência patológica da sociedade portuguesa, a que o sentimento de decadência nacional, prevalente nos finais da centúria, viria a emprestar ainda maior consistência.

Percebe-se, assim, pelo menos até à década de 1940, a tendência do discurso oficial português acentuar a noção de decadência na análise deste fenómeno, à medida que, como bem sublinhou Eduardo Lourenço, a emigração na sua complexidade põe em causa, sobretudo, a imagem de nós mesmos enquanto país e povo.⁵ Essa visão oficial, relativamente ao período em estudo, acabaria por marcar também a imagem dos emigrantes que partiram para o Brasil, ou “brasileiros” como em Portugal ficaram mais conhecidos. Na verdade, especialmente na literatura portuguesa dos finais do século XIX, deles nos ficou a imagem do homem pobre, rústico e analfabeto que, na sua ignorância, se tornou presa fácil e desprevenida nas mãos de engajadores sem escrúpulos, mas que, depois de fazer fortuna além-mar, retorna à terra de origem exibindo o seu sucesso.

Ora, entre finais do século XIX e os inícios do XX, o estereótipo do “brasileiro” foi-se instalando em Portugal, especialmente no Norte deste país, região de onde partia o maior fluxo de emigrantes para o Brasil. Não se sabe muito bem quando, em Portugal, começou a circular esse epíteto. Sabe-se, no entanto, que, como referiu Maria Beatriz Rocha-Trindade, uma das primeiras análises críticas deve-se a Alexandre Herculano, na década de 1870. Numa observação perspicaz da

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –

Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S.Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

sociedade em que se inseria, este intelectual mostrou perceber bem os diferentes cambiantes que caracterizavam a emigração portuguesa da sua época, salientando já então que o vocábulo “brasileiro” se aplicava àquele que não tendo nascido no Brasil, tinha saído “de Portugal na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre e que, anos depois, voltou mais ou menos rico.”⁶

Por parte de intelectuais nascidos no Brasil também é possível encontrar interessantes reflexões sobre este tópico. Não nos referimos apenas à reconhecida obra de Guilhermino César, publicada em 1969, intitulada *O “Brasileiro” na ficção portuguesa*, na qual aquele autor desenvolveu, com argúcia e sagacidade, uma análise interpretativa em torno do que designou, em complemento de título, como *O direito e o avesso de uma personagem tipo*.⁷ Lembramos, também, outro pequeno artigo, publicado originalmente na revista *Brotéria*, em 1938, por Afrânio Peixoto, no qual este autor elaborou uma argumentação em torno do equívoco e, sobretudo, da injustiça que encerrava a utilização deste vocábulo.⁸

O “brasileiro” seria, então, a designação do emigrante que, tendo partido para o Brasil, assumia o seu retorno de sucesso, exibindo atitudes, comportamentos e hábitos que, sendo diferentes dos residentes, sublinhavam a sua condição. A literatura portuguesa de finais de Oitocentos reproduziu este lugar-comum e acentuou os seus matizes, ajudando a fixar a figura do “brasileiro” de torna-viagem com traços estereotipados que acentuavam o exotismo da linguagem e do vestuário, a ostentação dos adereços e dos sinais exteriores de riqueza, associados, geralmente, a um perfil psicológico pouco abonatório, em que a imodéstia, a falta de cultura e de educação, decorrentes de um arrivismo endinheirado, eram a tónica. A esse propósito, o “brasileiro” de Camilo Castelo Branco permanece, ainda hoje, como o tipo mais acabado de uma figura em que o ridículo e a imbecilidade de modos e de atitudes são uma constante. Sabe-se, hoje, que motivações de índole pessoal devem ter estado por trás desta ideia, uma vez que o seu implacável rival na conturbada paixão que nutriu por Ana Plácido, Manuel Pinheiro Alves, havia sido ele também um “brasileiro”.

Nem mesmo Eça de Queirós, no início da sua carreira literária, foi capaz de fugir a este personagem estereotipado. No ano de 1872, n.º *As Farpas*, Eça apresentava-nos uma imagem de um “brasileiro” reles e grosseiro, em “tons de chocolate”, que haveria de ser muito mal recebida no Brasil, nomeadamente pela comunidade portuguesa aí residente. Não deixa de ser interessante verificar, no entanto, que, alguns anos depois, em 1886, quando Eça redigiu o prefácio para o romance de Luís de Magalhães, intitulado *O Brasileiro Soares*, não tenha perdido a oportunidade para rever a sua posição anterior. Aproveitando para criticar a visão romântica que

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –

Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S. Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

apresentava o “brasileiro” regressado rico, como imbecil, por contraponto ao emigrante que regressava pobre e que, por isso, suscitava compaixão por parte desses intelectuais, Eça louvava a via adotada por Luís de Magalhães nessa obra, à medida que, em sua opinião, este se aproximava de uma descrição mais realista do emigrante português regressado do Brasil.

Foram poucos, no entanto, os que conseguiram “ver” para além da matriz discursiva predominante, assumindo um discurso contra-corrente em defesa das virtualidades da emigração e do “brasileiro”. Dentre estes, no entanto, há que destacar os nomes de Oliveira Martins e o mesmo Eça de Queirós de quem falamos há pouco, agora, porém, já não como literato, mas no desempenho da sua função diplomática. Em 1887, por exemplo, perante uma Câmara de Deputados predominantemente crítica da emigração portuguesa, o intelectual J. P. de Oliveira Martins, na qualidade de deputado pelo círculo do Porto, com a legitimidade que o seu prestígio intelectual lhe emprestava, calculava sem hesitações, “em 10.000:000\$000 réis os capitaes que todos os annos o Brazil manda para Portugal”⁹ uma verba que, em termos macro-econômicos, se afigurava fundamental para ajudar a saldar o déficit nacional. Por seu turno, Eça de Queirós enquanto diplomata assumiria também, sem rodeios, uma defesa clara da emigração num relatório oficial datado de Novembro de 1874. Nesse texto, depois de fazer o seu historial, perspectivando-a em contexto europeu, observando as suas causas, refletindo sobre qual deveria ser o papel do Estado, termina com uma análise sobre “as vantagens geraes que a emigração /.../ tem dado à civilização”, considerando-a textualmente “como força civilisadora”.¹⁰

Estas posições não conseguiram, porém, destruir a visão “oficial” sobre a emigração portuguesa prevalecente neste período, fornecida essencialmente pelo discurso crítico veiculado pela percepção das elites. Detentoras privilegiadas e legitimadas da palavra, nas suas práticas discursivas não foram, no entanto, nem imparciais nem inócuas. Importa, por isso, através das técnicas de análise de conteúdo e de crítica textual disponíveis, tentar “desnaturalizar” essas práticas discursivas e esses textos e representações produzidos sobre a emigração e, sobretudo, sobre o emigrante. Por trás de muitas destas visões críticas, aparentemente inocentes, podemos sentir o medo das classes dominantes portuguesas, que temiam ver perturbados os seus interesses, sustentados em modos tradicionais de organização social e econômica. A eventual falta de braços nos campos, e mesmo nas cidades, podia, por exemplo, fazer disparar os salários perturbando uma economia, já de si frágil e pobre, ao mesmo tempo que, por outro lado, a emigração punha, também, a nu muita da fraqueza nacional que, assim, se via inexoravelmente exposta ao exterior, dando a conhecer a miséria, o

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –

Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S.Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

crescimento lento e a falta de expectativas de uma franja importante e anônima da população¹¹.

A realidade, contudo, era bem mais diversificada do que aquela que o estereótipo sugeria. Em Portugal, a par de muitos que partiram pobres e que nunca chegaram a enriquecer, houve também outros que, embora provenientes de famílias social e economicamente bem sucedidas, fizeram da emigração a sua opção de vida, mesmo que temporária. Se para uns o Brasil foi um destino sem retorno, outros houve que cruzaram várias vezes o Atlântico, cuidando dos seus interesses nos dois lados do Oceano. Destes, se uns, no regresso às terras que os viram nascer, optaram por evidenciar o seu sucesso em iniciativas de pura ostentação, outros fizeram-no através de produtivos investimentos que muito contribuíram para o desenvolvimento de Portugal.

Na verdade, quando o pesquisador parte para a leitura dos jornais publicados neste período por todo o Norte de Portugal, apercebe-se que, para além desta visão negativa da emigração que acabamos de enunciar, existem outras leituras mais benignas e virtuosas desta realidade emigratória. São inúmeros os exemplos que poderíamos aqui deixar a partir da leitura de muitos artigos escritos na época e publicados em diferentes jornais locais e regionais. A par do discurso “oficial” emerge um outro, mais próximo da vivência do emigrante e do quotidiano das localidades nortenhas, no qual se percebe um claro distanciamento do tópico negativo do discurso formal sobre a emigração que enfatizava o despovoamento, a deslocalização de riqueza e de mão-de-obra, a miséria e a fragilidade nacional de um país que deixava partir os seus filhos, para se aproximar muito mais daquilo que hoje chamamos de “país real” e, sobretudo, fazendo-se eco dos anseios e expectativas sentidos pela população no seu dia-a-dia.

Veja-se, a este propósito, um periódico publicado em Lamego, cidade do interior Norte de Portugal, na margem sul do rio Douro. Em 1910, sublinhando que “há longos annos Lamego tem encontrado na emigração os seus melhores alentos de vida”, o jornal *O Progresso* congratulava-se pelo fato de se encontrar aberta uma subscrição permanente em Manaus, por iniciativa de um conterrâneo lá residente, para apoiar financeiramente lamecenses menos afortunados que, como ele, pretendessem emigrar para esse destino.¹² Alguns anos mais tarde, em 1922, na mesma cidade, o jornal republicano *A Fraternidade*, dava voz a um dos seus colaboradores, J. Seves d’Oliveira, para criticar os que estavam contra a emigração, salientando que

...há muita gente que crê sinceramente que a emigração é um grave mal para os povos que são forçados a effectival-a. Apreciam n’uma

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –
Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S. Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

quantia convencional cada homem que se vae, e estimam, ao fazerem a conta annual dos que emigraram, que o producto total que estes dão, é exactamente a somma que se subtrahiu á economia nacional”.

Ora, quem assim pensava até parecia ter razão; no entanto, uma análise mais aprofundada da questão permitia concluir em sentido contrário, como justificava este colaborador:

Primeiro, porque um homem que se auzenta deixa de ser um consumidor no lugar que habitava, e isto constitue um alivio, enquanto a subsistências, na comunidade. Segundo, porque nivela o trabalho para os estacionários, visto que a parte que aquelle executava e que era insufficiente ao seu sustentáculo, beneficia claramente estes. E terceiro, porque todo o que encontra dificuldades para o desenvolvimento das suas forças e energias no seu meio natalício, se não o abandona, ou perecerá n'elle ou, quando menos, será uma sombra para o bem-estar dos seus connaturaes ou familiares”.

Peremptório, o articulista não hesita em sublinhar que

A emigração é, pois, uma porta que o porvir abre á esperança, a qual é inútil que pretendam fechar leis ocas que emanam d'um estado impotente para crear trabalho no seu território sufficiente e entreter e recompensar todos os braços que se cançam de folgar.¹³

Por seu lado, na margem norte do rio Douro, o *Vilarealense*, jornal publicado em Vila Real, evidencia a perspectiva virtuosa do fenómeno migratório. Num artigo publicado em 1913, o articulista refere que, em Portugal, se reclama contra a emigração pedindo medidas repressivas porque as terras ficam sem braços. Na argumentação que desenvolve, concorda até que “Pode ser que tal succeda”, no entanto, registra que

... desde largos annos, que esse êxodo tem augmentado e a fome, por falta de cultura, não tem invadido esta região, e bem pelo contrario, a cultura tem-se desenvolvido e progredido, graças aos novos e remuneradores processos, que economisam um grande número de braços.

Reforçando esta ideia, chama a atenção para a beleza “cada vez mais ridente das aldeias”, onde no lugar dos casebres se construíram “asseadas moradas”, para o luxo que então se verificava no trajar, não hesita em sublinhar

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –
Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S. Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

... que se deve tudo isto, /.../ a esses arrojados emigrantes, que não achando no torrão onde nasceram em que empregar a sua actividade, demandaram paizes florescentes, onde, pelo seu incessante labor, adquiriram meios de regressarem à pátria, para fruírem descanso e commodidades merecidas.

Apontando como exemplo outras regiões do país, pergunta:

Quem fez do Minho, esse, de sua natureza, jardim do nosso Portugal, a mais florescente província que seduz pelos seus palácios e quintas modelos, que se succedem quasi ininterruptamente? D’onde esses grandes capitaes legados aos differentes estabelecimentos pios e com que se erguem templos ao ensino, em tantas povoações, onde, até há pouco, dominava o estrangulador analfabetismo?

Finalmente, relativamente a Vila Real salienta, mais uma vez, a prosperidade vivenciada, escrevendo:

Erguem-se magníficos prédios públicos e particulares, adereçados de custosos mobiliários. Succedem-se uns aos outros os bem abastecidos estabelecimentos de modas, de cafés e de géneros alimentícios de primeira ordem. O bom gosto e elegância no vestir de todas as classes não differe dos grandes centros de Portugal”.

Termina, então, com uma pergunta “E tudo isto será indicio de pobreza? Onde é que a não há?”¹⁴

A leitura da imprensa de Ovar, uma localidade de pequena dimensão, situada no litoral Norte do país, no distrito de Aveiro, permite-nos encontrar idêntica sensibilidade face à candente questão da emigração para o Brasil, na primeira metade do século XX. No ano de 1912, no semanário *A Discussão*,¹⁵ perante o visível enriquecimento de alguns “brasileiros” de retorno, multiplicam-se os testemunhos inequívocos do sucesso e das virtualidades da emigração para o Brasil. Tomando consciência e chamando a atenção para as vantagens que, entretanto Portugal tinha beneficiado com os capitais destes “brasileiros”, o autor escrevia, de uma forma peremptória:

... á emigração para o Brazil deve Portugal esse novo aspecto que tomaram as cidades, as villas e as aldeias; quem conheceu o nosso paiz de há trinta para quarenta annos e o compara com o seu estado actual, maravilha-se. É uma transformação completa – e quem o transformou? O ouro do Brazil.

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –
Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S. Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

Que melhor exemplo se podia invocar para contrariar o discurso oficial traumático predominante, sobre a emigração para o Brasil, que inundava os escritos de intelectuais e políticos desta época? Talvez por isso, o autor deste artigo desabafe com os seus leitores, de uma forma desabrida “são já rançosos os lamentos sobre a falta de braços para as operações agrícolas, e acusa-se a emigração desta falta ...”, para continuar, constatando os benefícios da emigração, que

... o que sustenta o nosso paiz é ainda em grande parte, o que recebe dos seus emigrantes na América, são as fortunas, que traz cada vapor que chega do Brazil, são os socorros, que de lá recebem as suas famílias”.

Prosseguindo este raciocínio, que claramente descola do registo discursivo oficial e dominante, o articulista de Ovar pergunta retoricamente “Que seria de Portugal, se não fosse o ouro do Brazil?”. Por isso, não lhe custa concluir, contra a corrente, que “vale hoje para nós o Brazil muito mais sem comparação do que valia, quando pertencia a Portugal”.

1.O retorno do Brasil e o investimento no desenvolvimento local

A constatação da existência de uma corrente de opinião claramente oposta à que então se tinha, oficialmente, sobre a emigração a partir de Lisboa, enquanto centro do poder político, tem para nós um significado especial. Na verdade, quanto mais nos debruçamos sobre estes temas, maior nos parece ser a convicção de que, entre finais do século XIX e os inícios do século XX, o dinheiro remetido pelos emigrantes portugueses no Brasil assumiu um papel fundamental para o desenvolvimento local e regional de Portugal, especialmente das regiões mobilizadoras do fluxo migratório, entre as quais se destaca o Norte do país. Como demonstrou Maria Ioannis B. Baganha num artigo publicado em 1994, “é inegável o enorme impacto da emigração na demografia e na economia nacionais”, baseando-se, em grande parte, nos estudos de Eugénia Mata sobre a análise da repercussão do volume das remessas vindas do Brasil nas exportações e no PIB português.¹⁶ Por seu turno, os estudos de J. Alves ajudam-nos a sedimentar esta hipótese, mostrando o papel crucial destes emigrantes de retorno na dinamização da sociedade portuguesa dos últimos dois séculos¹⁷.

Com efeito, o impacto benigno da emigração para o Brasil na economia portuguesa vai muito para além do volume das remessas, por si só fundamentais para o Estado monárquico e republicano. Como bem percebeu, em 1862, o redator do jornal *Économiste*, num fundamentado estudo sobre a emigração no século XIX, publicado sob a tutela da Academia Francesa, os emigrantes portugueses no Brasil

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –

Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S.Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

Devenus riches /.../ rentrent volontiers en Portugal avec leurs capitaux, achètent les belles maisons, les belles terres, se placent à la tête des grandes affaires, et font ainsi concourir leur expérience et leur fortune au progrès de leurs pays. Les *Brasileiros* conservent le type, aujourd'hui inconnu en France, des oncles millionnaires des colonies: utiles aiguillon de l'esprit d'entreprise⁷¹⁸ [sublinhado nosso].

Talvez por ser um estrangeiro, Duval viu o que era, ainda, imperceptível para a maioria dos portugueses, ou seja, que não apenas a riqueza, mas também a experiência adquirida no Brasil por estes homens, foram instrumentos fundamentais no incentivo e estímulo do espírito empreendedor. E essa era uma mais-valia a favor de Portugal que não poderá nunca deixar de ser contabilizada no balanço da emigração para o Brasil.

Hoje sabemos que muitos destes homens que partiram para o Brasil não o fizeram definitivamente. O retorno puro e simples ou, ainda, a reemigração, ou seja, o retorno temporário, gerando um movimento pendular de emigrantes, cadenciado pelo ritmo dos negócios, dos afazeres, das festividades locais ou para tratar de questões particulares, como, por exemplo, cuidar da sua própria saúde, acompanhar a doença dos familiares mais próximos, descansar, marcar presença em casamentos, batizados e solenidades públicas ou privadas e viajar pelo país ou para o estrangeiro, assumiram uma inegável importância. Como provou Jorge Fernandes Alves para a região do Porto, este retorno da emigração para o Brasil teve, na segunda metade de Oitocentos, um claro significado estatístico, estimando-o entre 30 a 50% dos que partiram.¹⁹ Nesse sentido, poder-se-á hoje dizer que desses a maioria partia anonimamente e anonimamente regressava – sem fortuna acumulada, frequentemente fragilizados pela doença e pelo ruir das expectativas que os tinham levado a cruzar o Oceano. Confinados aos espaços das aldeias que os viram nascer, deles não reza a história. O mesmo não acontece com alguns outros, uma minoria a quem o berço mais afortunado ou o destino e a sorte, permitiram o enriquecimento que em Portugal não teriam, certamente, alcançado.

Na verdade, qualquer leitura, mesmo desatenta, da imprensa periódica portuguesa de finais de Oitocentos e de toda a primeira metade do século XX, ajuda-nos a confirmar este fenómeno ritmado de partidas e chegadas dos emigrantes de sucesso às suas terras de origem, registradas em pequenas notícias nas quais o(s) redator(es) saudava(m) a chegada e dava(m) as boas vindas, fazia(m) votos de boa viagem de regresso ou, simplesmente, desejava(m) melhoras de saúde. Eles eram, localmente, os exemplos mais acabados de sucesso de alguns homens que por si próprios, ou com o suporte da retaguarda familiar, tinham conseguido vencer e,

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –

Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S.Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

por isso, despertavam em seu torno o interesse público, e até a inveja, que a imprensa escrita local, consoante os interesses em presença, aproveitava para mediatizar.

Apesar de mal entendido pela generalidade dos intelectuais oitocentistas, o emigrante português no Brasil, uma vez regressado com capacidade financeira e espírito empreendedor, mesmo encarnando o estereótipo do “brasileiro”, acabaria por ser, no entanto, uma das figuras mais importantes para a dinamização econômica, social, educativa, cultural e até política, das suas terras de origem, em Portugal. Como não deixou de ser publicamente reconhecido pelos seus contemporâneos, estes emigrantes enriquecidos que retornavam definitivamente às suas terras ou que a elas regressavam periodicamente foram, na transição do século XIX para o XX, verdadeiros agentes de investimento e de desenvolvimento de muitas localidades portuguesas, especialmente aquelas que geraram os maiores fluxos de partida, como é o caso de todo o Norte de Portugal.

Enriquecidos com o dinheiro obtido em cidades como o Rio de Janeiro, Santos, São Paulo ou Recife onde muitos destes emigrantes estavam ligados às tradicionais atividades comerciais, ou abonados com os lucros conseguidos nas, ainda hoje, longínquas cidades de Manaus e Belém, próximas da fonte da borracha natural amazônica - que, neste início do século XX, fez do Brasil um dos principais produtores e exportadores a nível mundial -, uma vez regressados à sua terra natal estes homens souberam aplicar uma parte dos seus vultosos lucros em setores inovadores, até aí fora dos objetivos dos poderes públicos.

Um pouco por todo o país, mas especialmente no Norte, estes emigrantes de sucesso regressados, temporária ou definitivamente, do Brasil – os “brasileiros” – faziam donativos de diversa natureza e com variados fins. Para além de recuperarem a casa que os vira nascer ou edificar uma moradia imponente, compatível com o seu novo estatuto, estes “brasileiros” enriquecidos, voluntariamente ou a pedido, contribuíram também para o restauro de igrejas ou de capelas da sua devoção, para realizar melhoramentos urbanísticos, adquirindo terrenos para levantar praças, cemitérios, jardins, ou outros espaços públicos, para o financiamento das festas das suas terras e confrarias, construindo asilos ou outras instituições de caridade, ajudando a custear as obras de hospitais ou de sedes de bombeiros ou construindo escolas. Sublinhe-se que, antes de mais, esta vertente filantrópica, devidamente publicitada nos jornais regionais, ajudava a consolidar o retorno destes “brasileiros”, emprestando-lhes um lugar na sociedade local e garantindo-lhes o reconhecimento da sua importância junto dos seus conterrâneos.

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –

Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S. Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

Abertas estas “portas”, num segundo momento, alguns destes “brasileiros” canalizaram os seus capitais para outro tipo de investimentos produtivos, no comércio ou na indústria locais, dando continuidade ao seu espírito empreendedor e à experiência adquirida. Num país de fracos recursos e débil fomento industrial, como era Portugal entre finais do século XIX e inícios do XX, as iniciativas empresariais destes homens tornaram-se, assim, significativas e até incontornáveis. Na verdade, alguns destes empreendimentos, gerando lucros rápidos e vultosos, acabaram também por proporcionar ainda outros ganhos ao “brasileiro” que regressava ao seu país. Assegurando-lhe um crescente protagonismo no plano social, que passava pelo reconhecimento público do seu prestígio, tantas vezes premiado com a nobilitação, ou através da sua participação activa na vida política local ou nacional, participando nomeadamente em subscrições com conotação política (por exemplo, destinadas à construção de monumentos), ou fazendo empréstimos ou doações ao poder político instituído.

Pelo importante papel que estes “brasileiros” desempenharam a nível local, a eles se ficou também a dever muita da intervenção urbana nas localidades do Norte de Portugal, no período que decorre entre finais do século XIX e os inícios do XX. Como é hoje reconhecível, por exemplo, deveu-se a um “brasileiro”, o Conde de Ferreira, a construção daquele que pode ser considerado o primeiro parque escolar português.²⁰ Na verdade, foi a partir do seu legado, datado de 1866, numa altura em que os edifícios escolares eram ainda muito raros e deficientes, e em que a iniciativa estatal era manifestamente insuficiente face às necessidades reais do país, que este “brasileiro” de retorno definitivo a Portugal deixou em testamento dinheiro para, segundo ele, construir e mobilar cento e vinte “casas para escolas primarias para ambos os sexos nas terras que forem cabeças de concelho, sendo todas por uma mesma planta e com acomodação para vivenda do professor”.²¹ Com o dinheiro remanescente foi ainda construído o Hospital de Alienados na cidade do Porto, ao tempo, verdadeiro modelo na especialidade.²²

Depois dele, muitos outros emigrantes beneméritos se interessaram pela instrução pública, custeando a construção de edifícios ou o pagamento de salários e de material didáctico. A opção pelo ensino não era aleatória. Todos eles acreditavam na importância da preparação e instrução dos jovens para o progresso futuro do país e para o seu próprio sucesso enquanto cidadãos. Ou seja, todos eles estavam convictos, como muitos outros, da função regeneradora da escola e das suas virtualidades sociais.²³ Talvez por isso, a República Portuguesa, implantada em 1910, tenha conotado tanto o seu discurso com a necessidade de incrementar a instrução e a alfabetização.

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –

Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S. Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

Na viragem de Oitocentos para Novecentos, numa época em que Portugal atravessava grandes dificuldades financeiras, apresentando gravosos déficits estatais, exacerbados pela participação portuguesa na Grande Guerra, os investimentos destes emigrantes e ex-emigrantes portugueses no Brasil, foram essenciais para o desenvolvimento urbanístico, económico, cultural e social de Portugal. Se as atitudes de benemerência e filantropia tiveram um forte impacto a nível social, os investimentos na área económica revelaram-se essenciais para o desenvolvimento de Portugal, sobretudo no Norte do país. Os exemplos que aqui trazemos, dos muitos que poderiam aqui ser evocados, servem para demonstrar o que acabamos de afirmar.

1.1. Investimentos rurais

O retorno à terra natal trouxe de volta à atividade agrícola muitos dos emigrantes que não conseguiram cumprir o sonho de enriquecimento que os levava ao Brasil. Sem alternativa, estes homens retomaram mais ou menos no mesmo ponto, a vida a que tinham tentado sem sucesso dar a volta. Um insucesso a que o amanhã das terras, suas ou, na pior das hipóteses, de outros, colocava dramaticamente em evidência. No entanto, para alguns, o exercício da atividade agrícola dominante no Norte de Portugal, foi naturalmente (re)apreendido como um modo de vida a que algum dinheiro amealhado do outro lado do Oceano veio possibilitar inovação e alguma capacidade de investimento. Sem grandes ostentações, mas com a segurança de quem conhecia bem a região e as vicissitudes do trabalho agrícola, estes emigrantes vão ser os responsáveis, na medida das suas possibilidades técnicas e financeiras, pela dinamização da agricultura, justificando as palavras entusiasmadas do articulista do jornal de Vila Real que tivemos já oportunidade de reproduzir acerca dos campos do Minho e do Douro.

Estando ainda por ser feito um estudo mais aprofundado que nos permita ter uma dimensão mais concreta desta realidade, é um fato que os “brasileiros” de retorno não deixaram fora do seu campo de ação o interesse pela terra e pela agricultura.²⁴ Independentemente de aí fixarem residência e/ou se dedicarem a outras atividades económicas, a aquisição de terras e quintas na aldeia natal ou na sua proximidade, surge como uma boa possibilidade de investimento mesmo que sem expectativas de um lucro imediato para além do usufruto do descanso e da alegria do encontro com a família que, esse espaço, lhes poderia possibilitar nos meses de Verão.

Manuel Luís de Sena, natural do centro da cidade de Lamego, emigrara muito jovem para Manaus, na segunda metade do século XIX, deixando para trás a profissão de latoeiro.²⁵ Em 1899, com pouco mais de 30 anos, já está de novo em Lamego, onde pela sua atividade filantrópica em prol das principais casas de

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –

Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S. Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

caridade da cidade vai ganhando, ao nível local, uma grande notoriedade. Detentor de uma personalidade forte, Manuel Luís de Sena vai ser um dos “brasileiros” de retorno de maior destaque na sociedade lamecense da primeira metade do século XX. Embora se tenha dedicado a outras atividades, a terra foi uma das suas primeiras opções de investimento, tendo comprado em final de 1906 uma grande quinta nos arredores da cidade²⁶ que ficará conhecida pela designação de Quinta Sena. Com um espírito empreendedor e inovador, Manuel Luís de Sena vai procurar rentabilizar em novos moldes a sua vasta propriedade, recorrendo a mecanismos e soluções pouco habituais na região. Entre eles, destacamos a contratação de um “agricultor diplomado” para lhe fazer a planta da propriedade, que posteriormente colocou em exposição num estabelecimento comercial da cidade e que definiria certamente as áreas de cultivo para cada um dos produtos.²⁷ Especialmente vocacionada para a produção de vinho, como acontece por toda a região do Douro, Sena não descurou a parte comercial que lhe permitiria o escoamento desse produto e o retorno do investimento feito, abrindo em Maio de 1908, uma *Adega Económica*²⁸ publicitada na imprensa local.²⁹ Além disso, envolvido com as questões agrícolas, Sena torna-se, em Agosto desse mesmo ano, representante da firma de adubos *Herold & C^a*, na cidade de Lamego.³⁰ Embora o acompanhamento do seu percurso de vida quase centenário (morrerá em 1962, com 97 anos³¹), nos permita colocar a hipótese de que o entusiasmo inicial em torno deste investimento na terra e na agricultura, se deparou com alguns percalços que acabaram por o arrefecer, levando-o mesmo a afastar-se e a vir terminar os seus dias na cidade de Lisboa, a Quinta Sena era, pela dinâmica e organização, apesar de tudo, considerada na década de trinta, pela imprensa da época, como “um modelo, um encanto, uma propriedade que honra Lamego e a sua região”.³²

Este é um dos muitos exemplos que aqui poderíamos evocar a propósito do desenvolvimento agrícola promovido pelos emigrantes de retorno no Norte de Portugal. Se o vinho foi uma opção para grande parte deles, outros houve que enveredaram por diferentes gêneros que sempre souberam capitalizar. O que é inegável é que, como demonstrou J. Alves, a progressiva monetarização da economia promovida por estes homens acabaria por se tornar especialmente decisiva neste microcosmos rural.³³

1.2. Atividade comercial e de transportes

A partir da leitura dos periódicos da época, é-nos possível concluir que a atividade comercial foi um dos ramos em que se verificou o maior volume de investimento por parte dos emigrantes vindos do Brasil. Os estudos de Jorge Alves, um dos maiores especialistas deste tema, têm evidenciado isso mesmo, especialmente para

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –

Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S.Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

a cidade do Porto. Neste contexto, a abertura do café *A Brasileira*, em 1903, parece-nos ser um exemplo eloquente de uma iniciativa de um brasileiro de retorno. Adriano Teles, regressado de Minas Gerais e conhecedor do *modus faciendi* do cultivo e produção do café, resolveu trazer para o Porto algum desse saber, abrindo não apenas o espaço comercial, mas controlando o próprio processo de torrefação dos grãos de café, consciente de que, assim, obteria uma melhor qualidade no produto final.³⁴ Assumindo-se como uma importante imagem de marca, o café de *A Brasileira* impôs-se rapidamente no mercado português, em especial do Norte do país, graças ao recurso a agentes comerciais e a uma eficiente política de marketing.³⁵

Com efeito, muitos dos emigrantes que partiram para o Brasil tinham feito o seu percurso no setor comercial sendo, por isso, um dos que melhor o conheciam, tendo muitos deles começado o seu percurso como caixeiros.³⁶ Outros, porém, houve que não escolheram esta via para singrar no Brasil. É o caso de Abílio de Magalhães. Proveniente de uma pequena localidade do interior Norte de Portugal, a cerca de quarenta quilómetros da cidade do Porto – Aparecida (concelho de Lousada) – este “brasileiro” desenvolveu, neste ramo, um interessante percurso que já tivemos oportunidade de analisar num anterior trabalho.³⁷ Nascido no seio de uma família de comerciantes, foi continuador do estabelecimento do pai, fundado em 1845, que irá, ainda antes da sua partida para o Brasil, expandir abrindo novas lojas e diversificando o tipo de produtos aí vendidos. Constitui a firma *Magalhães, Vieira & C^a* com outros dois sócios e, paralelamente em 1903, deu origem a uma outra sociedade – *Abílio de Magalhães & C^a* – proprietária da *Casa de Ferragens* e drogaria da Aparecida.³⁸ Em 1911, Abílio de Magalhães, então com 40 anos, opta por partir com toda a família para Pernambuco onde fixará residência durante alguns anos. Alegará, então, ter de tratar da administração das importantes propriedades que aí possuía e, sobretudo, colocar os filhos num colégio religioso, em virtude do recente encerramento de muitas escolas católicas pela Primeira República portuguesa, o que nos parece revelar que, nesta opção pela partida, terão estado eventualmente algumas razões políticas.³⁹

A estadia no Brasil permitiu-lhe alargar perspectivas, estabelecer lucrativos negócios e multiplicar a sua fortuna individual. Terá sido toda esta vivência pessoal, associada ao desejo, normal, de ostentar o sucesso na sua terra natal que esteve na base do protagonismo que, a partir do seu regresso definitivo, ocorrido na década de 1920, viria a assumir. Como todos os emigrantes de retorno bem sucedidos, Abílio de Magalhães fez também questão de ser um dos maiores financiadores da festa local, fazendo questão de o dar publicamente a conhecer.⁴⁰ Não era apenas o simples espírito de solidariedade e benemerência que estava em

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –

Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S.Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

causa. Abílio de Magalhães era um negociante, proprietário de duas grandes casas comerciais, e, atrair à sua terra, a Aparecida, um número inusitado de potenciais consumidores era, sem dúvida, uma excelente oportunidade para aumentar os seus lucros e promover o desenvolvimento daquela pequena localidade.

Através dos seus contactos e do jornal que possuía – intitulado *Vida Nova* –, Abílio de Magalhães foi capaz de catalisar os comerciantes locais num objetivo comum – o desenvolvimento económico da terra. Soube mostrar-lhes como unidos, recorrendo àquilo que eram os valores e património locais, nos quais se inclui a romaria, podiam representar uma força aglutinadora e reivindicativa, capaz de gerar uma mais-valia significativa.

Não admira, por isso, que, a partir de 1926, num primeiro momento instigados por Abílio de Magalhães, os comerciantes aparecidenses tenham assumido a organização das festas de Agosto. Começando por apelar aos seus amigos mais diretos e familiares, como aconteceu no ano de 1927, “para effectuar com brilho a romaria”, percebe-se existir um acordo tácito entre os comerciantes locais para organizarem rotativamente a festa.⁴¹ Ou seja, como acabamos de observar, as grandes dificuldades económicas e financeiras que, nesta época, se faziam sentir, sobretudo no interior pobre do país, obrigaram à adoção de estratégias locais para o seu atenuamento, que passavam, nomeadamente, por um forte investimento nas festas e romarias que, sobretudo, na época estival, coloriam o Norte de Portugal. Graças a Abílio de Magalhães, a localidade da Aparecida muito cedo ganhou disso consciência, colocando à frente da comissão de festas aqueles que, devido ao seu interesse pessoal e à capacidade para avançarem com o capital necessário, estariam mais preparados para o fazer com sucesso – os comerciantes. Simultaneamente, desenvolveu estratégias para atrair o interesse e o dinheiro dos aparecidenses que, tal como ele, tinham sido ou eram emigrantes no Brasil.

Como demonstrou Eulália Lobo para o Brasil, nas primeiras décadas do século XX, o setor dos transportes foi um dos que mereceu atenção e investimentos por parte dos portugueses aí estabelecidos.⁴² Não admira, por isso, que este tenha sido também um dos setores procurados no regresso. É o caso de José Ribeiro Conceição, natural de Lamego, que, muito novo, emigrou para Santos. Sobre o que foi a sua vida em terras brasileiras pouco se sabe a não ser o que a imprensa de Lamego escreveu anos mais tarde. Informações suficientemente vagas que, sem grandes comprometimentos, procuram justificar perante a sociedade a fortuna arrecadada, atribuindo-a a um trabalho árduo, sério e honrado. José Ribeiro Conceição, dizia-se então, terá enveredado pela atividade comercial tornando-se num dos maiores importadores de Santos, do estado de S. Paulo, entrando, mais

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –

Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S. Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

tarde, no setor dos transportes como armador e proprietário do vapor de longo curso *Pavana*, que fazia a ligação entre Buenos Aires e o Norte do Brasil.⁴³ Assim terá feito a fortuna que lhe permitiu alterar radicalmente a sua vida a partir de 1905, passando desde então a viver dividido entre dois continentes e duas cidades – Lamego, no interior duriense, e Santos, no litoral brasileiro –, num vaivém contínuo, ao ritmo dos compromissos familiares e profissionais. Apesar da discrição que o caracteriza, Ribeiro Conceição não escapou aos holofotes da imprensa local que logo se apercebeu da sua capacidade financeira e empreendedora. Atento às potencialidades da cidade e da região, Ribeiro Conceição aposta no final da segunda década de Novecentos no setor dos transportes, mantendo em circulação uma frota de carros de aluguel que veio a vender em Fevereiro de 1924 à empresa Aragon e C^a L.^a,⁴⁴ após alguns conflitos com homens de Lamego estabelecidos nesse ramo de negócio. Como veremos mais à frente, por essa altura, Ribeiro Conceição está prestes a encetar uma nova fase na sua vida empresarial, ao construir e dirigir um teatro com potencialidades e dimensão nunca imaginadas numa cidade do interior do país como Lamego.

1.3. Atividade Industrial

Ao nível dos investimentos industriais, os “brasileiros” também deixaram em Portugal inúmeros sinais deste tipo de empreendimentos, espalhados um pouco por todo o Norte do país. Jorge Alves mostrou já alguns exemplos desta iniciativa, como é o caso da *Chapelaria a Vapor Costa Braga & Filhos*, uma fábrica de chapéus que tinha anexa uma loja comercial, situada numa rua central do Porto, fundada em 1866 por um emigrante português que tinha estado 24 anos no Rio de Janeiro.⁴⁵ Ou, ainda na mesma cidade, a bem conhecida *Fábrica Confiança*, fundada por António da Silva Cunha, um emigrante na Baía. Em finais de Oitocentos empregava cerca de mil mulheres o que deve ter inspirado Aurélio Paz dos Reis a immortalizar a sua saída numa película animada.

Fora do Porto, muitos outros exemplos de investimentos industriais semelhantes podem, ainda hoje, ser referenciados, como é o caso da *Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso*, da iniciativa do conhecido conde de São Bento, e que representa um esforço de dinamização da actividade têxtil na região Norte.⁴⁶

Do mesmo modo, em Fafe, Miguel Monteiro identificou a *Fábrica Têxtil do Bugio*, que começou a laborar em 1879, fundada por José Florêncio Soares, e a *Companhia de Fiação de Tecidos de Fafe*, criada em meados da década de 1880, por José Ribeiro Vieira de Castro, à frente de um conjunto de acionistas. No início do século XX, esta última disporia já então de inovações assinaláveis como um bairro operário,

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –

Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S.Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

cantina, creche, lactário e escolas inspiradas no modelo de industrialização inglês e utilizadas como instrumento social de controle dos seus mais de mil operários.⁴⁷

A propósito dos investimentos no setor agrícola protagonizados pelos “brasileiros” de retorno, referimos já neste artigo Manuel Luís de Sena, relativamente à cidade de Lamego. Com um forte espírito empreendedor, no retorno do Brasil, este homem alargou os seus interesses às mais diversas áreas incluindo a industrial. Em 1925, consciente das potencialidades industriais da recém-instalada energia eléctrica na cidade, e da oportunidade de negócio que isso podia significar, Sena vai fundar em sociedade com alguns lamecenses a *Panificação Mecânica Lda.* Com instalações fabris sediadas na quinta de que era proprietário e com dois depósitos de venda, estrategicamente colocados no centro da cidade de Lamego, aí se produziam, “pondo de parte velhos processos rotineiros hoje condenados”,⁴⁸ além do pão, “tosta doce, azêda, biscoito para chá, pastéis, massa para pão sandwich e de regueifa de Valongo”, as afamadas bolas de Lamego, “fornecendo-se a massa em pasta a qualquer hora do dia ou noite”.⁴⁹ As polémicas surgidas nos anos seguintes entre Sena e os restantes sócios e que foram trazidas pelos próprios para a praça pública, através das páginas dos periódicos locais, mostram que o negócio não terá corrido tão bem quanto certamente todos desejariam. Por entre contundentes ataques pessoais e troca mútua de acusações, a sociedade desfez-se e a panificadora acabou por mudar de mãos. Sem grandes repercussões na vida de Manuel Luís de Sena, que já então se fazia mais em Lisboa do que em Lamego, este episódio terá acentuado certamente o seu desencanto com a terra natal.

1.4. Bancos e Seguros

Os bancos constituíram outra esfera de ação económica participada pelos “brasileiros”, especialmente a nível urbano e com particular destaque para a cidade do Porto. Como mostrou Jorge Alves, nesta cidade, a sua presença fez-se sentir desde os primórdios do setor, sendo vários os subscritores “brasileiros” na primeira instituição do género fundada na cidade – o *Banco Comercial do Porto* (1835). De igual modo, no banco *Mercantil Portuense*, fundado em 1855, podemos encontrar nomes de “brasileiros” como José Joaquim Leite Guimarães, mais tarde Barão de Nova Sintra, António de Sousa Barbosa e Francisco Pinto de Miranda como destacados elementos dos corpos sociais.⁵⁰

Em 1914, sediado em Lisboa, surge, com o patrocínio de um *brasileiro* nortenho – Cândido Sotto Mayor – a *Casa Bancária Pinto & Sotto Mayor* (sociedade constituída pelo filho com o mesmo nome, então com 24 anos, e António Vieira Pinto que, apesar dos 26 anos, tinha já experiência no setor bancário e um apurado sentido do negócio⁵¹). Em 1925, adotando a nova designação de *Banco Pinto & Sotto Mayor*,⁵²

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –
Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S.Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

há um alargamento da sociedade e um reforço do capital. Embora reconhecido por todos como o grande mentor e patrocinador do Banco, Cândido Sotto Mayor, só então deixa os bastidores aos quais se tinha remetido, e entra como sócio, reforçando a sua posição e a do filho – com um total de 15 600 contos investidos, estes homens passam a deter mais de metade do capital do Banco.⁵³ Afirmado-se no setor bancário, Cândido Sotto Mayor funda ou compra outras casas bancárias, entre as quais o *Banco Colonial Português*, o *Banco de Chaves* e o *Banco Mercantil de Viana*. No entanto, dando início ao primeiro grupo económico em Portugal,⁵⁴ Sotto Mayor diversifica as suas áreas de investimento. Em 1917 funda, em Lisboa, a *Companhia de Seguros Luso-Brasileira Sagres* e, no Porto, a *União Eléctrica Portuguesa*,⁵⁵ a que se seguiram muitas outras empresas primordiais para o desenvolvimento de Portugal nessa época, e que iam desde a gestão de bens imobiliários à comercialização de carne.

Cândido Sotto Mayor, nascido em Lebução, concelho de Valpaços, distrito de Vila Real, a 26 de Outubro de 1852, emigrou com dezenove anos para o Brasil em 1873,⁵⁶ onde se juntou aos tios – Lino e Joaquim da Cunha Sotto Mayor – com casa comercial de fazendas aberta no Rio de Janeiro – a *Casa Sotto-Major*.⁵⁷ Esse terá sido o ponto de partida para a aquisição de uma grande fortuna que permitiu a Cândido Sotto Mayor, o investimento na indústria têxtil carioca, através da *Fábrica do Corcovado* da *Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado*, com centenas de operários, de que foi fundador e um dos principais impulsionadores.⁵⁸ Retornando a Portugal nos últimos anos do século XX (em 1897 é detentor do alvará de exploração das águas termais Campilho⁵⁹ e, em 1900, é já uma figura de grande prestígio e influência em Chaves⁶⁰), Sotto Mayor destaca-se pelo espírito empreendedor que o tornou uma referência no mundo dos negócios portugueses e brasileiros.

Como pudemos assim verificar, também nos seguros é possível encontrarmos a participação destes “brasileiros” de retorno. Mais uma vez, Jorge Alves, nos trabalhos que sobre estes temas tem desenvolvido, mostrou que, especialmente a partir da segunda metade de Oitocentos e com particular destaque para a cidade do Porto, é possível depararmos com alguns nomes de ex-emigrantes no Brasil, e de outros que ainda aí se encontravam, fazendo parte da administração de companhias seguradoras, já com relativa importância, como é o caso, para além da *Companhia de Seguros Luso-Brasileira Sagres*, já referida, da *Garantia*.⁶¹

1.5. A participação política e o desenvolvimento local

Pelas suas características pessoais e pela notoriedade que alcançavam a nível local, é fácil entender que muitos dos “brasileiros” de retorno se tenham sentido atraídos, ou tenham sido pressionados, para participarem, formal ou informalmente, na vida

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –

Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S. Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

política local, sobretudo no conturbado período que marca o final da monarquia e a implantação da Primeira República em Portugal. Os exemplos não faltam por todo o Norte do país, cobrindo todo o espectro político de então.

Em Lamego, Manuel Luís de Sena, a quem já nos referimos, foi, por exemplo, vereador camarário durante os últimos anos da monarquia,⁶² tendo, em 1913, manifestado o seu apoio ao Partido Republicano local. Mais tarde, a acreditar nas notícias veiculadas no único jornal que se continuou a publicar durante a vigência da Monarquia do Norte, a que Lamego aderiu, ter-se-á colocado ao lado deste movimento, vindo inclusivamente a aceitar integrar a recém-criada comissão administrativa.

Detentor de uma forte personalidade e de um grande pragmatismo, pouco compatível com fidelidades partidárias, Sena parece-nos ter, sobretudo, utilizado a política para defender o que ele considerava serem os interesses da sua cidade e para cuja defesa ele mostrou várias vezes estar disponível. Fizera-o em 1913, integrando a comissão principal do movimento que junto do poder político central procurou fazer de Lamego sede de distrito, procurando subtraí-la definitivamente à dependência da então distante cidade de Viseu.⁶³ Voltará a fazê-lo em 1917, quando se colocou ao lado da Câmara Municipal de Lamego, disponibilizando meios financeiros para assegurar a construção da linha de caminho-de-ferro e levar o comboio até à cidade.⁶⁴ As oscilações partidárias que evidencia, não resultaram certamente de uma inconsistência ideológica, mas de um ajustamento oportunista às fidelidades locais a figuras de políticos em que ele depositava confiança, acreditando que seriam as pessoas certas para protagonizar o progresso da sua cidade.

Simultaneamente, a política local carecia de personalidades com as suas características – dinheiro e influência. Como um jornal republicano local, em 1913, salientava, a importância do apoio público manifestado por Sena ao partido republicano local, “n’um meio como o nosso e mesmo fóra d’aqui”, não “é difícil a um abastado proprietário e grande capitalista disposto a prestar serviços, a ser útil”, sublinhando que sendo ele “defensor do engrandecimento local” que é o que mais o impulsiona e estimula, de nada precisa, “só tendo que dar”.⁶⁵

O protagonismo político destes “brasileiros” no nível do poder central, acaba por não ser tão referenciado e identificado com o seu percurso de vida, enquanto emigrante. Se a imprensa local se preocupa em associar as duas variáveis – político e emigrante –, em Lisboa, nos corredores do poder, essa circunstância passa mais despercebida ou nunca é referenciada, intencionalmente ou não. Por isso, são escassas as referências que dispomos, especialmente se obtidas na imprensa

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –
Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S. Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

periódica. Só quando se fazem estudos prosopográficos dos atores políticos desta época é que é possível surpreender algum deputado ou ministro que tenha nascido ou vivido no Brasil. Dos estudos que, nos últimos anos, vimos fazendo na área da política parlamentar, é-nos possível adiantar, por agora, alguns nomes cujo percurso, algum dia no passado, encontrou o Brasil. É o caso de Tomás António de Oliveira Lobo, testamenteiro do nosso já conhecido Conde de Ferreira, nascido no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. Para além de ter sido vereador da Câmara Municipal do Porto, em 1864 e 1865, foi ainda eleito deputado em 1868 e 1869, tendo sido, também, entre 1879 e 1881, Governador Civil do Distrito do Porto.⁶⁶

Do mesmo modo, também João Crisóstomo Melício, nascido no Rio de Janeiro, no ano de 1836, filho de um médico português, emigrante nessa cidade, se revelou na tribuna parlamentar. Como muitos outros filhos de emigrantes portugueses no Brasil, partiu para Portugal, em 1850, para estudar Direito, na Universidade de Coimbra. Acabados os estudos, ficou por Portugal ocupando lugares de destaque na Companhia dos Tabacos e na Associação Industrial de Lisboa. Mas seria como deputado, filiado no Partido Histórico, eleito em 1869, 1870, 1871, 1878, 1879, 1884 e 1897, que teria um percurso mais longo. De sublinhar que, o fato de ter nascido no Brasil, lhe trouxe alguns dissabores quando da sua primeira eleição como deputado. Na verdade, foi então obrigado a defender a sua nacionalidade portuguesa, na medida em que alguns fizeram veicular notícias, segundo as quais ele seria estrangeiro.⁶⁷

Com um percurso marcante também a nível local, José Guilherme Pacheco, filho de um emigrante no Brasil, nascido no Rio de Janeiro, em 1823, depois de ter estado em Portugal até aos 12 anos, para aí regressa, tendo trabalhado na casa comercial de um seu tio. Regressado a Portugal, em 1845, quando então tinha 22 anos, vai para a Universidade de Coimbra, tendo-se licenciado em Direito. Depois de ter sido Presidente da Câmara Municipal de Paredes, em 1858, foi eleito pela primeira vez como deputado em 1860. Permanecerá como parlamentar nas legislaturas de 1871-1874, 1875-1878, 1879, 1880-1881 e 1882-1884, tendo evidenciado uma postura interventiva ativa, que lhe permitiu destacar-se.⁶⁸

Evidenciando um percurso típico do emigrante nortenho, na segunda metade do século XIX, José João Martins de Pinho saiu aos 14 anos de Matosinhos, para ser empregado de escritório, depois de ter recebido uma cuidada preparação a nível comercial. No Brasil destacou-se como banqueiro, tendo dirigido o *Banco do Crédito Real da Companhia Pastoral*, e juntamente com Mota Machado e Mayrink, fundou o *Banco Construtor*. No Brasil ainda, foi grande benemérito, nomeadamente do *Licen*

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –

Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S.Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

Literário do Rio de Janeiro, tendo chegado a ser seu presidente. Será no regresso a Portugal, que é eleito deputado, em 1892-1894 e 1897, chegando a Par do Reino, em 1898. O seu perfil de benemerente granjeou-lhe-á prestígio no Brasil e em Portugal. D. Pedro II, imperador do Brasil, confere-lhe o título de Barão, em 1880, tendo recebido o título de Conde de Alto Mearim, por duas vidas, das mãos de D. Carlos, em 1891.⁶⁹ Seu filho, Álvaro Roque de Pinho, nascido já no Rio de Janeiro, em 1880, seguiu-lhe-á as pisadas tribuniárias e financeiras, tendo sido eleito como deputado, em 1905.⁷⁰

De projeção nacional inequívoca e desempenhando um papel de destaque naquela que foi a primeira experiência republicana em Portugal, impõe-se referir o nome de Bernardino Machado que, primeiro entre 1915 e 1917 e, mais tarde, no ano de 1925, chegou a exercer o mais alto cargo da Nação, como Presidente da República portuguesa.⁷¹ O seu pai tinha sido ele também um ex-emigrante no Brasil. Nascido em Joane (concelho de Famalicão), partira em 1840, aos vinte anos, para o Rio de Janeiro, depois de ter feito um tirocínio profissional de três anos como caixeiro em casa de mercadores, nas cidades de Guimarães e do Porto. Já no Rio de Janeiro estabeleceu-se como comerciante, tendo regressado a Portugal em 1860, onde envolve-se na política local, desenvolvendo uma importante ação cívica e benemerente em Famalicão, acabando por ser nobilitado, ostentando o título de 1º barão de Joane.⁷²

O seu filho, Bernardino Machado, nascera no Brasil, no ano de 1851, tendo regressado a Portugal ainda criança. Como estudante universitário, opta pela nacionalidade portuguesa. No entanto, essa opção não significou rutura. Antes pelo contrário. Como se pode constatar pela política que desenvolveu em torno das relações Portugal-Brasil, não apenas enquanto Presidente da República, mas também na qualidade de Ministro e Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, a ele se ficou a dever a elevação das legações do Rio de Janeiro e de Lisboa à categoria de embaixadas.⁷³

1.6. Cultura e Turismo

Foi também na área da cultura que muitos destes “brasileiros” de retorno mais se distinguiram. Tratando-se de uma área que, ainda hoje, é sacrificada pelos governos em termos de investimentos públicos, particularmente em épocas de crise, no período compreendido entre finais do século XIX e inícios do XX, viveu muito dos investimentos particulares de beneméritos da cultura, como aconteceu com os “brasileiros” de retorno. Na verdade, o investimento neste setor traduz uma postura pouco convencional, e até mesmo vanguardista, relativamente à sociedade portuguesa do seu tempo, acabando por evidenciar a sua marca particular.

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –
Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S. Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

Desde cedo, e um pouco por todo o Norte do país, é possível encontrar “brasileiros” de retorno a investirem em salas de espetáculo, manifestando evidentes preocupações culturais aliadas à intenção de promoção geral das suas comunidades, uma vez que na época se consideravam os teatros como marcas distintivas de civilização. São, por isso, variadíssimos os exemplos que poderíamos aqui trazer evocando localidades de todo o Norte de Portugal. Em 1912, por exemplo, na cidade do Porto, numa das suas ruas centrais, foi inaugurado o *Olympia Kinema-Teatro*, por ação do “brasileiro” Henrique Alegria. Uma vez que esta cidade albergava já então outras salas destinadas à representação, esta casa distinguiu-se pela diferença. Na verdade, ela foi pioneira do animatógrafo, tendo sido palco das célebres projeções “electro-animadas-extra-luminosas”, além de exhibir “magníficas sessões” de variedades em que predominava a música e a dança, protagonizadas por reputados artistas portugueses e internacionais.⁷⁴

Por sua vez, em Matosinhos, um outro ex-emigrante no Brasil, Emídio José Ló Ferreira, mais tarde Visconde de Trevões⁷⁵, empregou o seu entusiasmo e auxílio financeiro na construção do *Teatro Constantino Nery*⁷⁶, inaugurado em 1906. Na época da sua abertura, este teatro recebeu nomes prestigiados da representação e possuía uma capacidade de lotação superior a meio milhar, sendo constituído por plateias superior e geral, galeria, balcão, camarotes e um amplo salão. Tendo entrado em decadência nos anos de 1980, foi recentemente recuperado pela Câmara Municipal, tendo reaberto ao público em 2008.

Um pouco mais para o interior, em Fafe, José Summavielle Soares um neto de um dos mais destacados “brasileiros” do concelho, de seu nome José Florêncio Soares, numa iniciativa de caráter particular mandou construir, em 1923, na sua terra um belíssimo edifício destinado a funcionar como *Teatro-Cinema*. Trata-se de uma das últimas obras patrocinadas por “brasileiros” construídas em Fafe, dispondo de uma lotação de cerca de 400 lugares, possuindo um palco de grandes dimensões e estando apetrechado com um fosso para a orquestra.⁷⁷

Numa outra cidade do Norte de Portugal (Lamego), um outro “brasileiro”, de seu nome José Ribeiro Conceição, a quem atrás já nos referimos, aqui investiu o seu dinheiro, aplicando-o em várias iniciativas, entre as quais queremos agora destacar a área cultural⁷⁸. Num dos seus retornos periódicos, depois de arrematar em hasta pública em 1924, por dez mil e um escudos, o espaço em ruínas do antigo hospital, deu início à construção daquele que, em Portugal, seria, certamente o negócio da sua vida – o *Teatro-Circo Ribeiro Conceição*. Dessa forma, este emigrante português em Santos envolver-se-ia num projeto que lhe trouxe muita projeção social, mas também inúmeros problemas, não apenas inerentes ao processo de reconstrução

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –
Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S.Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

do próprio edifício como, sobretudo, aqueles decorrentes do fato de ele ter perturbado os interesses econômicos estabelecidos desde há muito numa pacata cidade do interior. Isso ganhava uma dimensão mais acentuada num momento em que Lamego dispunha já de duas casas de espetáculo – o *Teatro Lamecense*⁷⁹ e o *Salão-Teatro*⁸⁰ – e parecia definitivamente colocada no caminho do desenvolvimento que os da terra não queriam partilhar com estranhos.

Apostado em dotar Lamego de um equipamento cultural único e que oferecesse uma dignidade suplementar relativamente aos espaços já existentes, Ribeiro Conceição não poupou esforços para construir a jóia que seria simultaneamente o seu ninho de investimento que ele augurava auspicioso. Assim, como podemos ler na imprensa local, contrata um engenheiro do Porto, e manda vir de Braga um dos mais conceituados arquitetos do país o que demonstrava bem “o empenho e o prazer que tem que esta obra se realice, e que enfim Lamego passe a ter um grande teatro, à altura duma cidade moderna”⁸¹. Inaugurado em 1929, a grandeza do projeto era de fato esmagadora tendo em conta a dimensão da cidade e a mediania a que esta estava habituada. O jornal *A Justiça de Lamego*, em 1927, perdia-se em elogios quando descrevia as potencialidades do Teatro então em construção:

O palco é gigantesco, onde pode trabalhar á vontade uma companhia de revista ou de opereta. Tem dependências para tudo! Salão de recepções, salas de bilhares, *restaurant*, café, *bufet*, incluindo quatro espaçosas dependências, para comercio, onde se podem montar 4 estabelecimentos⁸².

Era uma coisa que, efetivamente, Lamego nunca vira.

Após vicissitudes várias, o Teatro fecharia as suas portas em finais da década de 1980, e assim ficaria até que, depois de adquirido pela Câmara Municipal, foi de novo inaugurado em 2008, oitenta anos depois da sua primeira abertura ao público.

Setor importante para o desenvolvimento local, o turismo atraiu, também, o interesse dos emigrantes portugueses retornados do Brasil. Nascido numa região rica em fontes de águas com reconhecidas qualidades terapêuticas – entre as quais se destacam Vidago e Pedras Salgadas –, Cândido Sotto Mayor a quem já nos referimos, após o seu retorno a Portugal, cedo se apercebeu das potencialidades turísticas do termalismo. Em 1897, compra a quinta do Revolar, na aldeia de Vidago, freguesia de Arcossó, concelho de Chaves, passando a explorar as águas da nascente denominada Campilho descoberta alguns anos antes,⁸³ dotando-a de um luxuoso edifício e um frondoso parque que permitia não só a sua utilização por quem aí dela quisesse usufruir, como o seu engarrafamento através de um

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –
Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S. Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

moderno e mecanizado processo que possibilitava a sua distribuição por outras zonas do país.⁸⁴

Em 1914, candidata-se à exploração das termas de Chaves, posta a concurso pela Câmara Municipal.⁸⁵ Conhecidas desde os romanos, estas termas estavam, desde há algum tempo, votadas a um quase abandono e sem um balneário capaz. Movendo-se facilmente na sociedade flaviense, onde construíra uma grande casa e doara à cidade um jardim que veio a ter o seu nome, Sotto Mayor apresenta-se, nesta mesma altura, como candidato pelo influente partido republicano às eleições para a Câmara Municipal. Sem grandes surpresas, ganha o concurso.⁸⁶ A sua promessa de investimento na recuperação do espaço termal que Chaves ambicionava a bem do progresso da cidade, contudo, não se vem a concretizar.⁸⁷ Uma situação desconfortável para os que o apoiavam e que foi aproveitada pelos que se lhe opunham para lhe dirigir duras críticas. Dentre eles, a *Folha de Chaves* que, repetindo o argumento frequentemente utilizado em outras localidades e com outras “brasileiros” de retorno, o acusa de se preocupar mais com os negócios e menos com a benemerência. Apesar de ser “vinte vezes milionário”,⁸⁸ escreve esse semanário em 1916, Sotto Mayor não se incluía entre os “brasileiros” da região que, embora com menos fortuna, entregavam as suas dádivas à Santa Casa da Misericórdia de Chaves ou ao Asilo da Infância Desvalida.

Conclusão

Apesar do painel apresentado, estamos conscientes de que este trabalho é apenas mais uma das muitas sínteses que ainda estão por fazer, no que respeita ao papel desempenhado por estes emigrantes portugueses no Brasil, uma vez retornados às suas terras de origem, entre finais de Oitocentos e inícios do século XX. Como se pode perceber, o impacto dos seus investimentos, em dinheiro, conhecimentos e experiência adquirida, que se traduzem em outras tantas visões do mundo, foram fundamentais para o desenvolvimento de Portugal num período em que, financeiramente, se viveram tantas dificuldades a nível interno. A importância das remessas dos emigrantes no Brasil e o impacto deste capital nas finanças públicas portuguesas já nos tinha sido dada a conhecer. Para além das remessas, contudo, existe todo um universo por conhecer e dimensionar que envolve o empreendedorismo destes homens e que, como quisemos demonstrar, foi um pilar essencial no desenvolvimento econômico, social e cultural de Portugal.

Impõe-se, por isso, trabalhar cada vez mais no terreno, empreendendo um levantamento de informação que nos permita cadastrar estas obras e os seus protagonistas, através da multiplicação de estudos de micro-análise, como o que acabamos de fazer. Como mostrou já J. Alves, estes estudos não se apresentam

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –

Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S.Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

fáceis de concretizar. Na realidade, para efeitos da burocracia a condição de emigrante ou de ex-emigrante, na maior parte dos casos não resulta relevante.⁸⁹ Daí a importância de se cruzarem vários tipos de fontes documentais, nomeadamente os relatos provenientes da imprensa escrita. Só assim será possível compreendê-los melhor, reconhecer os locais de emigração no Brasil e identificar os setores de atividade onde fizeram fortuna, evidenciando aquele que foi, sem dúvida, um dos mais importantes instrumentos do desenvolvimento das relações Portugal-Brasil – a emigração.

Notas e referências

*O artigo foi adaptado para o português do Brasil, segundo as novas regras ortográficas, mas a estrutura do texto foi mantida.

¹ Joaquim da Costa LEITE. *Portugal and emigration, 1855-1914*. Columbia University, p. 1-3. Costa Leite estima que cerca de 90% dos emigrantes se dirigiam para o Brasil (cf. Joaquim da Costa LEITE, 1999. O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914). In *Fazer a América: a Imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 177.

² Eulália Maria Lahmeyer LOBO. *Portugueses em Brasil en el siglo XX*. Madrid: Editorial Mapfre, 1994.

³ Destacamos, especialmente, a sua tese de doutoramento: Jorge Fernandes ALVES. *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. [S.n.]: Ed. de Autor, 1994.

⁴ Rui RAMOS. A Segunda Fundação (1890-1926). In José MATTOSO (dir.). *História de Portugal*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1994, p.31.

⁵ Eduardo LOURENÇO. A emigração como mito e os mitos da emigração. In *O Labirinto da Saudade: Psicanálise Mítica do Destino Português*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 2001, p. 125.

⁶ Maria Beatriz ROCHA-TRINDADE. Reflexos culturais da emigração portuguesa para o Brasil. *Análise Social*. Lisboa. vol XXII (90), 1986, p. 145.

⁷ Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

⁸ O “Brasileiro” ou o Equívoco Português. Lisboa: [s.n.]. (Separata do vol. XXVI, fasc. I, da revista *Brotéria*).

⁹ PORTUGAL. *Diário da Câmara dos Deputados...* Sessão de 10 de Junho de 1887, p. 1168.

¹⁰ Eça de QUEIROZ. *A Emigração como força civilizadora*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1979, p. 150. Trata-se de um relatório que Eça escreveu enquanto cônsul, datado de Novembro de 1874, tendo-o entregue a Andrade Corvo, Ministro dos Negócios Estrangeiros, antes de partir para o seu posto em Newcastle. A análise sobre as vantagens da emigração centra-se no capítulo IV desta obra (pp. 83-95).

¹¹ Joaquim da Costa LEITE, 1999, p. 63.

¹² “Em favor de Lamego”. *O Progresso*, Lamego (PT), 14 de Maio de 1910, p. 1.

¹³ J. Seves d’OLIVEIRA. Portugal e a Emigração. *A Fraternidade*, Lamego, 22 de Abril de 1922, p. 1.

¹⁴ “A emigração para o Brazil. Por Villa Real?”. *O Vilaralense*, Vila Real (PT), 6 de Março de 1913, p. 1.

¹⁵ Almeida MEDEIROS. “A Emigração”. *A Discussão*, Ovar (PT), 12 de Outubro de 1912, p.1.

¹⁶ Maria Ioannis B. BAGANHA. As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*. Lisboa. Vol. XXIX (128) (4º), 1994, p. 963

¹⁷ Jorge F. ALVES. Terra de Esperanças – O Brasil na emigração portuguesa. *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, p. 127.

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –
Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S.Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

-
- ¹⁸ M. Jules DUVAL. *Histoire de l'Émigration Européenne, Asiatique et Africaine au XIXe siècle. Ses causes, ses caractères, ses effets*. Paris : Librairie de Guillaumin et Cie, 1862, p. 168.
- ¹⁹ ALVES, 2001, p. 353.
- ²⁰ Wenceslau Gonçalves NETO; Justino MAGALHÃES. Estado e Particulares na Escolarização de Portugal na segunda metade do século XIX: a Escola Conde de Ferreira em Mafra. *História & Perspectivas*. Uberlândia. (38) 163-189, Jan-Jun 2008.
- ²¹ António da COSTA. *Historia da instrução popular em Portugal: desde a fundação da monarchia até aos nossos dias*. Porto: Editor Antonio Figueirinhas, 1900, pp. 197-198.
- ²² Sobre a biografia do Conde de Ferreira ver Jorge F. ALVES. Percursos de um Brasileiro do Porto: o Conde de Ferreira. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto: Universidade do Porto. II Série, nº IX, 1992, pp. 202-204.
- ²³ Ver também o nosso trabalho Fernanda Paula Souza MAIA. A Acção dos ‘Brasileiros’ de Torna-Viagem em Ovar: a Obra dos Irmãos Oliveira Lopes (Válega). *Dunas: Temas & Perspectivas. Revista anual sobre cultura e património da região de Ovar*. Ovar. Ano 5, nº 5 (Nov.), 2005, pp. 3-14.
- ²⁴ ALVES, 2001, p. 287-288. Veja-se, também, sobre esta problemática Miguel MONTEIRO. *Migrantes, Emigrantes e «Brasileiros» de Fafe (1834-1926): Territórios, itinerários e trajetórias*. Fafe: Ed. Autor, 2000, pp. 258-259.
- ²⁵ *A Fraternidade*, Lamego, 5 de Março de 1927, p. 2. Latocairo é o artesão que produz e repara objectos de latão.
- ²⁶ *O Progresso*, Lamego, 20 de Abril de 1907, p. 2.
- ²⁷ No estabelecimento de José Meneses, na Praça do Comércio. PT/ Lamego, 25 de Janeiro de 1908, p. 1.
- ²⁸ *O Progresso*, Lamego, 27 de Maio de 1908, p. 2.
- ²⁹ *O Progresso*, Lamego, 27 de Junho de 1908, p. 3.
- ³⁰ *O Progresso*, Lamego, 8 de Agosto de 1908, p. 1.
- ³¹ *Voz de Lamego*, Lamego, 29 de Novembro de 1962, p. 3.
- ³² *Voz de Lamego*, Lamego, 22 de Setembro de 1934, p. 3.
- ³³ ALVES, 2001, p. 117.
- ³⁴ ALVES, 2001, p. 309; MAIA, Fernanda Paula Sousa MAIA; Maria da Conceição Meireles PEREIRA. Os *Brasileiros* Empresários e Investidores. Os *Brasileiros de Torna-Viagem*. Lisboa: CNCDP, 2000, p. 312.
- ³⁵ Em Novembro de 1904, o representante de *A Brasileira*, convidou a sociedade lamecense para tomar café no Hotel Central. O evento contou com a presença da imprensa local, garantindo, de imediato, a publicitação do produto que desta forma se pretendia promover. PT/ Lamego. *O Progresso*, 19 de Novembro de 1904, p. 1.
- ³⁶ José Manuel PEREIRA. *O Caixeiro e a Instrução Comercial no Porto Oitocentista: percursos, práticas e contextos profissionais*. Porto: Ed. Autor, 2001 (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, orientada por Jorge Fernandes Alves).
- ³⁷ Isilda Braga da Costa MONTEIRO; Fernanda Paula Sousa MAIA. Em defesa dos interesses da Senhora Aparecida – os “brasileiros” e o desenvolvimento local. *Oppidum*. Ano 4, nº 3, 2008/2009, pp. 195-207.
- ³⁸ *Vida Nova*, Lousada (PT), 6 de Novembro de 1910, p. 2.
- ³⁹ Cf. *Vida Nova*, Lousada, 11 de Maio de 1911, p. 2. Em várias ocasiões, regressou e tornou a partir, havendo um registo de passaporte datado de 10 de Março de 1921 com destino a Pernambuco (PT. Arquivo Distrital do Porto, *Livro de registo de passaportes nº 3430*, registo nº 159).
- ⁴⁰ *Vida Nova*, Lousada, 16 de Junho de 1928, pp. 1-2.

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –
Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S.Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

- ⁴¹ *Vida Nova*, Lousada, 16 de Junho de 1928, pp. 1-2
- ⁴² LOBO, 1994, p. 54.
- ⁴³ *A Nossa Terra*, Lamego, 9 de Fevereiro de 1929, p. 1.
- ⁴⁴ *A Fraternidade*, Lamego, 12 de Abril de 1924, p. 2.
- ⁴⁵ ALVES, 2001, p. 307.
- ⁴⁶ MAIA; PEREIRA, 2000, p. 313.
- ⁴⁷ MONTEIRO, 2000, pp. 282-283.
- ⁴⁸ *A Fraternidade*, Lamego, 26 de Set. de 1925, p. 1.
- ⁴⁹ *A Fraternidade*, Lamego, 22 de Ago. de 1925, p. 2.
- ⁵⁰ ALVES, 2001, pp. 300-305.
- ⁵¹ João de Sousa da CÂMARA. *História do Banco Pinto e Sotto Mayor. 1914-1989*. [S.l.]: Banco Pinto e Sotto Mayor, 1989, pp. 13-14.
- ⁵² Os bancos podiam efectuar recepção de depósitos, colocação de obrigações alleias e contratos de empréstimo sobre penhores, enquanto as casas bancárias apenas estavam autorizadas a fazer algumas destas funções (J. Amado MENDES. E empresa bancária em Portugal no século XX: evoluções e estratégias, *Gestão e Desenvolvimento*. Viseus, 2002, 11, 39-56, p. 43)
- ⁵³ CÂMARA, 1989, p. 23.
- ⁵⁴ CÂMARA, 1989, p. 13.
- ⁵⁵ CÂMARA, 1989, pp. 27-29.
- ⁵⁶ PORTUGAL. Arquivo Municipal de Vila Real, *Governo Civil de Vila Real, Livros de Passaportes* 010/1615/328, p. 85.
- ⁵⁷ Barroso da FONTE - coord. *Dicionário dos mais ilustres Trasmontanos e Alto Durienses*. Guimarães: Editora Cidade Berço. 1988, vol. I, p. 587.
- ⁵⁸ Sérgio de Oliveira BIRCHAL. O empresário brasileiro: um estudo comparativo. *Revista de Economia Política*. São Paulo. vol. 18, nº 3 (71), Jul-Set. 1998, p. 33; PT/ chaves. *O Intransigente*, 18 de Agosto de 1902, p. 2; 24 de Agosto de 1902, p. 3.
- ⁵⁹ Adalberto TEIXEIRA. *Água minero-medicinal de Vidago: Fonte Campilho*. Porto: Typographia do Porto Medico, 1908. (Dissertação apresentada à Escola Médico-Cirurgica do Porto), p. 35.
- ⁶⁰ *O Intransigente*, Chaves, 7 de Janeiro de 1900, p. 1.
- ⁶¹ Jorge Fernandes ALVES. A Difusão da Técnica Actuarial e as Primeiras Companhias de Seguros no Porto (século XIX). *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto, 2005, III série, vol. 6, pp. 200 e 203.
- ⁶² PORTUGAL. Arquivo Municipal de Lamego. Actas de Vereação, Lº 22, fl. 7v.
- ⁶³ *A Fraternidade*, Lamego, 11 de Fevereiro de 1913, p. 1; *O Progresso*, 15 de Março de 1913, p. 1.
- ⁶⁴ *O Progresso*, Lamego, 5 de Maio de 1917, p. 1.
- ⁶⁵ *O Progresso*, Lamego, 18 de Julho de 1913, p. 1.
- ⁶⁶ Fernando MOREIRA. Tomás António de Oliveira Lobo. In Maria Filomena MÓNICA - coord.. *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; Assembleia da República, 2005, vol. 2, pp. 615-616.
- ⁶⁷ Fernando MOREIRA. João Crisóstomo Melício. In: Maria Filomena MÓNICA, (coord.). *Dicionário Biográfico Parlamentar ...*, 2005, vol. 2, pp. 816-817.
- ⁶⁸ Maria Isabel SOARES. José Guilherme Pacheco. In Maria Filomena MÓNICA (coord.). *Dicionário Biográfico Parlamentar ...*, 2005, vol. 3, pp. 145-147.
- ⁶⁹ Maria da Conceição Meireles PEREIRA. Os Brasileiros Notáveis e... os Outros. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 367.

Artigos

Impactos da emigração portuguesa para o Brasil no norte de Portugal –
Finais do séc. XIX e inícios do XX

Fernanda Paula S.Maia/Isilda Braga da C. Monteiro

-
- ⁷⁰ Fernando MOREIRA. Álvaro Roque de Pinho. In MÓNICA, Maria Filomena (coord.). *Dicionário Biográfico Parlamentar ...*, 2005, vol. 3, p. 306.
- ⁷¹ Fernando Farelo LOPES. Bernardino Luís Machado Guimarães e António Barreto. Maria Filomena MÓNICA - coord. *Dicionário de História de Portugal*. Porto; Lisboa: Liv. Figueirinhas, 1999, vol. 8, p. 164.
- ⁷² Elzira Machado ROSA. Bernardino Machado: cientista, pedagogo e político: raízes minhotas e brasileiras. In *Os “Brasileiros” da Emigração. Seminário no Museu Bernardino Machado*. Famalicão: Câmara Municipal, 1999, pp. 22-27.
- ⁷³ ROSA, 1999, p. 26.
- ⁷⁴ MAIA; PEREIRA, 2000, p. 317.
- ⁷⁵ Natural de Trevões (S. João da Pesqueira), emigrou para o Brasil, onde em Manaus colaborou com o governador António Constantino Nery, atribuindo-se-lhe o projecto da Casa de Detenção de Manaus (cf. Carlos Lélío Lauria FERREIRA; Luís Carlos VALOIS. *Sistema Penitenciário do Amazonas: História; Evolução; Contexto Atual*. Curitiba: Juruá Editora, 2006, p. 85). O título de Visconde de Trevões foi-lhe concedido por D. Manuel II, por decreto datado de 29 de Abril de 1909 (cf., Afonso Eduardo Martins ZÚQUETE - dir., coord e compil. *Nobreza de Portugal*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, Lda, 1961, vol. III, p. 453).
- ⁷⁶ Sublinhe-se que a designação dada ao Teatro – Constantino Nery – evoca o nome do então governador do Amazonas, coronel António Constantino Nery (entre 23 de Julho de 1904 e 23 de Julho de 1908).
- ⁷⁷ Miguel MONTEIRO. *Fafe dos “Brasileiros”(1860-1930): Perspectiva histórica e Patrimonial*. Fafe: Ed. A., 1991, pp. 112-116.
- ⁷⁸ Fernanda P. S. MAIA; Isilda B. da C.a MONTEIRO. Os “Brasileiros” de torna-viagem como agentes culturais. O caso de Lamego na primeira metade do século XX. In *Actas do Seminário Internacional Memórias e Migrações: Museus, História, Educação, Diversidades e Direitos Humanos*. Museu dos Emigrantes, 2007. Disponível em <http://www.museuemigrantes.org/seminario-comunicacao-f-maia.htm>.
- ⁷⁹ Começou a ser construído em 1839 e foi inaugurado em 1841. Cf. Sousa BASTOS. *Dicionário de Teatro Português*. Edição fac-similada. Coimbra: Minerva, 1994, p. 347.
- ⁸⁰ O seu projeto teve início em 1901. Cf. Fernando CABRAL. *Cinema em Lamego: do mudo aos nossos tempos*. [S.l.]: Tip. Voz de Lamego, 1996, p. 59.
- ⁸¹ *A Fraternidade*, Lamego, 21 de Junho de 1924, p. 2.
- ⁸² *A Justiça de Lamego*, Lamego, 15 de Janeiro de 1927, p. 1.
- ⁸³ A. TEIXEIRA, 1908, p. 35.
- ⁸⁴ A. TEIXEIRA, 1908, pp. 31-33.
- ⁸⁵ *Folha de Chaves*, Chaves, 24 de Abril de 1914, p. 2.
- ⁸⁶ *O Flaviense*, Chaves, 27 de Junho de 1915, p. 1.
- ⁸⁷ Após o falecimento do pai, em 1935, Cândido Sotto Mayor Júnior adquire em 1848 os direitos de exploração das termas de Chaves (João de ALENCAR. *As Caldas de Chaves serão o fulcro da cidade nova*. (Sep. do Semanário *Ecos de Chaves*, 1948).
- ⁸⁸ *Folha de Chaves*, Chaves, 29 de Outubro de 1916, p. 1.
- ⁸⁹ ALVES, 2001, pp. 126-127.